



## Vídeo-Minuto e Instagram na Sala de Aula: Uma Proposta Pedagógica Experimental Direcionada com viés Educomunicativo

*Roberto Remígio Florêncio<sup>1</sup>, João de Sá Araújo Trapiá Filho<sup>2</sup>, Janaína de Souza Cordeiro<sup>3</sup>*

**Resumo:** Os desafios impostos pela pandemia causada pelo novo coronavírus atingiu todos os setores da sociedade, entre eles a educação. O contexto remoto de ensino, apesar de permitir que as aulas tivessem continuidade, apresentou outros empecilhos a serem ultrapassados, incluindo a introdução das próprias TDICs nas aulas. Este trabalho tem como objetivo ressaltar como práticas educomunicativas podem tornar as aulas mais significativas mesmo no ensino remoto. Como o vídeo-minuto pode tornar-se uma ferramenta pedagógica para práticas de aulas dialógicas com olhares educomunicativos? Essa questão norteou professores do curso de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos a desenvolverem uma pesquisa com estudantes do 8º ano do Ensino fundamental II, em uma escola da Rede Pública no interior de Pernambuco. A pesquisa é experimental e direcionada, com viés educomunicativo, parte de uma análise documental. A partir do gênero Regulamento, associado a um concurso de vídeo-minuto, foi possível utilizar o Instagram como ferramenta de veiculação das produções dos estudantes, envolvendo a comunidade. O tema do concurso abriu espaço para que os discentes apresentassem os desafios de estudar na pandemia, sugerindo reflexões dos docentes acerca das práticas pedagógicas.

**Palavras-Chave:** Proposta pedagógica; Educomunicação; Aulas remotas.

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFBA); Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB); Graduado em Letras (UPE) e em Pedagogia (UNEB); Professor Língua Portuguesa (IFSertãoPE). betoremigio@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB); Graduado em Letras (UPE) e Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - IESCFAC). jsatf@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB); Graduada em Letras (UPE) e Especialista em Língua Portuguesa (Faculdade de Artes do Paraná - FAP). jannayna.day@gmail.com.

## **Video-Minute and Instagram in the Classroom: An Experimental Pedagogical Proposal Directed with Educommunicative Bias**

**Abstract:** The challenges imposed by the pandemic caused by the new coronavirus reached all sectors of society, including education. The remote teaching context, despite allowing classes to continue, presented other obstacles to be overcome, including the introduction of TDICs in classes. This work aims to highlight how educational practices can make classes more meaningful even in remote teaching. How can the minute-video become a pedagogical tool for dialogical class practices with educommunicative perspectives? This question guided teachers of the Post-Graduate Course in Education, Culture and Semi-arid Territories to develop a research with students of the 8th year of Elementary School II, in a public school in the interior of Pernambuco. The research is experimental and directed, with an educommunicative bias, based on a documental analysis. From the Regulation genre, associated with a one-minute video contest, it was possible to use Instagram as a tool for the placement of student productions, involving the community. The theme of the contest made room for students to present the challenges of studying in the pandemic, suggesting reflections from teachers about pedagogical practices.

**Keywords:** Pedagogical proposal; Educommunication; Remote classes.

### **Introdução**

No fim do mês de abril de 2021, a Secretaria Municipal de Educação de Petrolina-PE enviou às escolas públicas os materiais pedagógicos que seriam estudados na 2ª unidade nas instituições da Rede. Dentre os vários objetos de estudo destinados aos estudantes dos 8º anos do Ensino Fundamental, havia Regulamento, gênero que se caracteriza por apresentar normas para determinadas atividades. Pouco tempo antes, um dos gêneros estudados havia sido o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, apesar de apresentar elementos de extrema importância para o conhecimento de toda a sociedade, vem estruturado em uma linguagem fora do que se vê nos textos de caráter não normativo. A apresentação que este gênero assume, com seus parágrafos, alíneas, incisos, apesar de todos os esforços para que o assunto fosse agradável, apresentou, nas aulas, uma ruptura causada pela própria distância entre a linguagem do gênero e a dos estudantes. Ao surgir o gênero Regulamento, com características similares ao Estatuto, a resistência por parte dos estudantes foi imediata.

Para achar uma solução para tal problema, foi importante reconhecer que, naquele momento, deveria haver algo que não aconteceu quando o ECA foi estudado: participação efetiva dos discentes, pois “nas condições verdadeiras de aprendizagem, os educandos vão se

transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2018, p. 28). Assim, surgiu a ideia de, conjuntamente, elaborar um regulamento que serviria para um concurso de vídeo-minuto nas duas turmas envolvidas, que teve como tema “Desafios de estudar na pandemia: os pontos positivos e negativos das aulas remotas”.

Pensou-se que a educomunicação, a qual reconhece que não há hierarquias entre a Educação e a Comunicação nas práticas educativas, e sim que ambas são interfaces do mesmo processo (SOARES, 2011), contribuiria para que houvesse uma abordagem que potencializasse esta atividade. Por isso, surgiu a problemática deste trabalho: Como o vídeo-minuto pode se tornar uma ferramenta pedagógica para práticas de aulas com viés educacional?

Este trabalho, fruto de uma experiência pedagógica direcionada, em uma escola pública do interior do Nordeste, é uma pesquisa qualitativa, que tem como instrumento principal a análise documental. Ele intenta ressaltar como práticas educacionais podem tornar as aulas mais significativas mesmo no ensino remoto e se propõe, a partir da produção de vídeo-minuto, reconhecer neste, uma ferramenta pedagógica. Vale ressaltar que este gênero audiovisual não será abordado aqui apenas enquanto recurso tecnológico, mas como uma possibilidade de os estudantes se apropriarem dele para construir práticas dialógicas, pois “apenas quando a maior parte dos membros da comunidade tiver aderido aos parâmetros de uma pedagogia dialógica e midiática, será possível afirmar que a escola, finalmente, optou pelos parâmetros da educação” (SOARES, 2011, p. 39-40).

Como aporte teórico para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se Freire (1996), com proposições acerca de uma educação dialógica e democrática; Freire (1983), com a necessidade de perceber a comunicação como uma construção solidária; Ismar (2011), com contribuições acerca da concepção de ecossistema comunicativo para a efetivação de práticas educacionais nos contextos escolares; entre outros.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida com alunos de duas turmas de 8º ano de uma escola pública e, para que tal prática se efetivasse, a proposta pedagógica dividiu-se em quatro momentos: 1) explicação teórica sobre o gênero regulamento, o qual, concomitantemente, se deu a elaboração do Regulamento próprio que regeria o concurso de vídeo-minuto; 2) elaboração dos vídeos-minuto pelos estudantes, com momentos de reflexão sobre a produção, os materiais

audiovisuais a serem publicados na rede social Instagram da escola; 3) votação pela comunidade, que daria a classificação dos vídeos para a premiação do concurso, e; 4) avaliação conjunta entre os participantes dos vídeos acerca do que a possibilidade de expressão representou para os estudantes.

No primeiro momento, necessitou-se de dois encontros de uma hora, sendo no dia 14 e 17/05/2021. Nele, em uma aula remota síncrona, acessada pelo Google Meet, usou-se como instrumento o processador de texto word, que foi aberto e compartilhado com os estudantes para que o Regulamento fosse elaborado conjuntamente.

No segundo, a partir de uma aula assíncrona, os participantes utilizaram aplicativos para produzir os vídeos-minutos. No retorno para reflexão e para socialização sobre a feita, utilizou-se um encontro no dia 21/05/2021, das 15h às 16h. Nele, os envolvidos puderam refletir sobre os vídeos produzidos, sobre a qualidade do som, das imagens, da oralidade, além de serem problematizadas questões relacionadas à ética, à cidadania, à informação.

No terceiro momento, já que a produção do vídeo era de autoria dos participantes, a aula não necessitou de encontro síncrono, ficando a cargo deles a reedição do material audiovisual e o envio para os professores até o dia 24/05/2021. Em seguida, o material produzido foi para o Instagram da escola e houve a votação, que se deu a partir das curtidas atribuídas aos vídeos.

No quarto momento, no dia 28/05/2021, um encontro destinou-se à avaliação conjunta sobre os resultados de tal prática, sobre a experiência vivenciada pelos discentes e à divulgação do resultado do concurso.

As aulas, que, devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), estavam sendo remotas, foi o momento que serviu para a elaboração conjunta do Regulamento. Para isso, foi sugerido que os estudantes escolhessem um tema sobre o qual gostariam de falar. Então, decidiu-se por “Desafios de estudar na pandemia: os pontos positivos e negativos das aulas remotas”. Tal tema serviu como uma possibilidade de os estudantes expressarem as dificuldades que o ensino remoto estava impingindo-lhes, em um metaexercício comunicativo, pois “a comunicação se preocupará, essencialmente, com o aluno, com sua relação consigo mesmo, enquanto pessoa, tanto quanto com sua relação com os colegas, os docentes, a escola e a sociedade ao seu redor” (SOARES, 2011, p. 46). Por isso, a escolha desse tema pelos estudantes, mais do que demonstração da participação ativa deles na aula, mostrou-se como uma possibilidade de entender os desafios pelos quais eles passam no contexto de aulas remotas.

A partir dessa visão qualitativa da pesquisa, este trabalho, que utiliza como instrumento a análise documental e a proposta pedagógica experimental direcionada para um viés educ comunicativo, tem, como base para corpus de análise, a transcrição de parte do material audiovisual produzido por três estudantes. E, para sedimentar a efetividade da proposta na interface Educação e Comunicação, pensou-se no desenvolvimento de ecossistemas comunicativos, utilizando-se quatro ações, apresentadas por Soares (2011), que serviram como categorias, sendo: a) inclusivas; b) democráticas; c) midiáticas; e d) criativas. O desenvolvimento dessas ações se apresenta no tópico seguinte (Quadro 1). Por isso, é importante ressaltar que “a educomunicação se caracteriza por criar e desenvolver ‘ecossistemas comunicativos’, qualificados como *abertos* e *criativos*, em espaços educativos” (SOARES, 2011, p. 43, grifo do autor).

### **Educomunicação, um campo das interfaces educação e comunicação no Ensino Remoto**

As práticas educativas vêm se redesenhando com a necessidade do ensino remoto. Nessa dinâmica, novas realidades e tendências na comunicação e nas tecnologias digitais foram aguçadas e potencializadas, impactando sobremaneira a sociedade, fazendo emergir o papel da comunicação nos processos de ensino-aprendizagem como preponderante a esse (des)envolvimento. A crise da covid-19 desvela a chamada *era digital global*, que, apesar de já ter demarcado seu espaço desde o século XX, encontrava-se até certo ponto adormecida no âmbito da instituição escolar, que com as demandas do ensino remoto percebeu a necessidade de se reinventar. Para Baccega (2011), não são novos campos que surgem, mas novos sentidos sociais, socializações renovadas, ratificando os mesmos sentidos com novas roupagens.

É nesse cenário, pois, que a educação escolarizada<sup>1</sup> visto que o isolamento social pede essa necessidade, necessita das tecnologias digitais para promover relações entre diferentes meios e diversos públicos, acessando e compartilhando conteúdos de maneira rápida e constante. Levy (2010, p. 17) já havia ressaltado, no fim do século passado, a importância das tecnologias digitais para a sociedade, fazendo considerações a respeito da cibercultura, que, segundo ele, específica “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos

---

<sup>3</sup> Sabe-se que a instituição escolar não é o único espaço em que os saberes se concretizam. Apesar de ser espaço de privilégio nessas trocas de saberes, o conhecimento está nas relações que também ocorrem fora dela. Por isso, optou-se aqui por tratar como educação escolarizada, ou seja, uma das possibilidades de se fazer educação. A esse respeito, ver *O que é Educação?*, de Carlos Rodrigues Brandão (2007), editora Brasiliense.

de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Por isso, a escola, como instituição de socialização de conhecimentos e de vivências, vê-se desafiada a uma mudança de postura que possa atender a essa nova dinâmica que representa a realidade social. Ao tempo que elabora a construção do conhecimento, ensina o sujeito aprendente a reconhecer-se nessa construção, transformando-se. Por conseguinte, como afirma Citelli (2004), é imprescindível que o discente seja reconhecido como sujeito que exercita um discurso central pela linguagem, com o intuito de efetivar-se o ato pedagógico. E assim, como sujeito que exercita e interage para efetivar o ato pedagógico, o aprendente é ponto de partida para as aprendizagens, desenvolvendo autonomia, o pensamento crítico e a criatividade.

Nesse sentido, como defende Freire (1996), faz-se preponderante que haja um movimento que respeite a dignidade do educando, num trabalho dialógico entre professor e alunos, mediando caminhos, analisando-os criticamente, construindo um olhar de experimento sobre as coisas no mundo, sua realidade e sua curiosidade que o move. Dessa forma, é necessário redimensionar o processo de ensino-aprendizagem numa dinâmica que promova o diálogo entre professor e aluno, estabelecendo uma relação horizontal de parceria para as aprendizagens, mediadas pelos usos dos meios de comunicação e das novas tecnologias/mídias.

A educomunicação, enquanto processo de elaboração e como campo que norteia ações inovadoras, que tem como princípio a dialogicidade na construção dos processos educativos (SOARES, 2011), apresenta-se como possibilidade de enfrentamento às dificuldades. Por isso, sugerindo caminhos/percursos de renovação das práticas sociais, favorece o protagonismo dos sujeitos aprendentes no processo de ensino aprendizagem com criticidade, criatividade e engajamento.

Segundo Silva (2017), uma vez que o desenvolvimento de uma construção dialógica e participativa na esfera educacional requer uma eficaz gestão compartilhada que envolva não só os órgãos governamentais, mas toda comunidade escolar, fortalecem-se, assim, os laços entre os indivíduos ao longo do processo de ensino aprendizagem, de forma motivacional e alinhada. Por isso, a escola precisa estar atenta aos processos comunicativos como ponto de partida para a formação da sensibilidade humana, que vislumbre uma educação que dialogue com os diversos saberes e indivíduos que constituem a comunidade escolar, a esse respeito, Freire (1996) já havia ressaltado a importância do respeito aos saberes do educando.

Sendo assim, afastando sua prática da racionalidade abstrata e distante da realidade, as ações comunicativas devem estar alinhadas para o enfrentamento das incertezas, para as significações e as convivências, e também para apropriação dos bens e meios midiáticos e tecnológicos, além da compreensão da história e da cultura, a partir do olhar de quem a constrói. Nesse sentido, ao tratar sobre a necessidade de instruir a sociedade para navegar no que ele chamou de dilúvio informacional, Lévy (2010) defende que esse modo de se comunicar interfere no modo de pensar, de agir de os indivíduos conceberem o mundo e de se relacionar com ele.

A educomunicação, com seus paradigmas democráticos, processuais e dialógicos abrem espaços para pensar um novo caminho de educação para e com a comunicação, que promovam o protagonismo dos estudantes e o uso crítico das mídias, que não privilegie a tecnologia como meios de transmissão, mas como mediadores de comunicação e geradores de interlocuções (SOARES, 2011). Essa relação das interfaces Educação e Comunicação é necessária também ao contexto remoto, pois segundo Valente (2020), o ensino remoto está centrado na lógica do aprender a aprender, estimulando os estudantes à uma prática de aprendizagens com perspectivas de desenvolvimento da pesquisa e da investigação criativa.

Nesse sentido, a comunicação perpassa os processos educativos à medida que busca a formação de sujeitos autônomos, a partir de práticas pedagógicas conscientes, em que os meios de comunicação se tornam lugar do saber, em que os conhecimentos dialogam a partir das ações pedagógicas intencionalmente planejadas com foco na comunicação para promover aprendizagens. Por isso, a educomunicação “precisa ser construída intencionalmente” (SOARES, 2011, p. 37). Esse processo parte da construção coletiva das práticas, em que a realidade concreta é discutida com os alunos, estabelecendo uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais, que considera a experiência social que eles têm como indivíduos, assumindo-se como ser que interage e dialoga para transformar seu contexto, como defende Freire (1996).

Essas observações são primordiais para se compreender que comunicação e educação podem incluir os meios pelos quais elas perpassam, mas não se limitam e não se findam nas relações do uso das tecnologias. Como defende Baccega (2011), todos esses fatores são úteis, quando vistos agregados ao processo que tem como objetivo construir a cidadania, a partir do mundo editado devidamente conhecido e criticado. Nessa perspectiva, pode-se apontar que a função do educador enquanto mediador das aprendizagens, que valoriza a troca de experiências, aprendizados e vivências, e que se encontra apto a integrar os processos pedagógicos,

direcionando-os para um viés educacional, consciente de que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996; 2018, p. 47).

É no encontro do sujeito com sua realidade que as relações de comunicação se concretizam ou se neutralizam, na medida em que essas mediações são concebidas, a favorecer ou não dos processos de emancipação desse sujeito, como indivíduos autônomos na construção de um saber interligado ao mundo humano, pensado como mundo de comunicação, pois

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam (FREIRE, 1983, p. 60).

E, é nessa fronteira entre educação e comunicação, que se percebe a indissociabilidade desse processo, que pode ser conceituado como educação, que não está nas ferramentas, mas nos *modus operandi* dos processos educativos. Sob esta perspectiva, a comunicação passa a ser vista como relação, como modo dialógico de interação do agir educacional. Como defende Soares (2011), não se trata de educar usando o instrumento da comunicação, utilizando a educação como instrumento, mas que todo processo educativo tenha a comunicação como vértebra que sustenta a construção das aprendizagens. Nessa perspectiva, a comunicação educativa é uma relação e não objeto/instrumento, os meios são (re)situados a partir de um complexo projeto pedagógico.

Como sugere Martini (2017), visando uma comunicação dialógica, direcionada por temas locais, permeando as relações da comunicação escolar, desta forma educar passa por significações que direcionam para o entendimento que, educar pressupõe um aperfeiçoamento intelectual, psicológico e social de forma significativa. A educação necessita, assim, de sentido para todos os envolvidos.

Por isso, a educação – não como disciplina, mas como ação que perpassa os atos educativos interdisciplinares – aproxima o conceito de Educação com a nova realidade social e o contexto informacional que a pandemia impingiu à sociedade. Nesse sentido, o estudante tem a possibilidade de exercitar sua participação ativa nesse processo, demonstrando autoria, uma vez que pode estabelecer espaços próprios de comunicação e a partir deles interagir como produtores e não receptores de conteúdos diversos (HASLINGER, 2017).

Portanto, a educomunicação como modos de pensar o planejamento e as estratégias para desenvolver um ensino aprendizagem que contemple as adversidades humanas, suas especificidades, com respeito às trajetórias de vida dos aprendentes, é imprescindível a uma prática pedagógica que visa contribuir para uma educação revolucionária, que estimule a construção coletiva do conhecimento e promova ressignificação de saberes (FLORÊNCIO; ALMEIDA, 2020).

## **Resultados e Discussões**

### **A área de mediação tecnológica na educação**

O uso indiscriminado das tecnologias em sala de aula não caracteriza práticas pedagógicas efetivas. Nesse sentido, o conceito de ecossistema comunicativo adotado pela educomunicação ajuda a perceber como as TDICs, enquanto instrumentos, devem ser utilizadas no contexto escolar:

preferimos usar o termo como uma figura de linguagem para nomear um ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias (SOARES, 2011, p. 44).

A coletividade, o diálogo e o respeito aos saberes do educando, defendidos por Freire (2018), surgem não apenas como teoria, mas como uma prática que deve estar presente em todo o percurso da construção de conhecimento. Nesse sentido, os recursos tecnológicos devem ser utilizados de modo que possibilite o caráter dialógico das práticas educativas.

Ao abordar as várias áreas de educomunicação que podem ser pensadas no ecossistema comunicativo escolar, Soares (2011, p. 48) apresenta a área “Mediação tecnológica na educação”, e, segundo ele, “esta área aproxima-se das práticas relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), <sup>2</sup>sempre entendidas como uma forma solidária e democrática de apropriação dos recursos técnicos”. Para Soares (2011), essa área de intervenção não se apresenta como uma imposição e de vontades, mas sim como uma ponte que

---

<sup>2</sup> Sabe-se da diferença entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), sendo estas relacionadas à linguagem binária computacional, como defende Lévy (2010). No entanto, neste trabalho, esta distinção não apresentará relevância conceitual, pois, se a Educomunicação abordada por Soares (2011) fala a partir das TICs, pode-se perceber que as TDICs, com a popularização da internet, têm papel importante para a interface Educação/Comunicação. Por isso, neste trabalho, que utilizou como instrumento TDICs, as TICs serão aplicadas como sinônimo destas.

irá conectar o mundo da mídia e os sujeitos sociais. Por isso, essa abordagem se mostrou muito relevante para nortear a proposta pedagógica que este trabalho desenvolveu, sendo, portanto, apesar do diálogo constante com outras áreas apresentadas pelo autor, a base para que tal proposição se materializasse.

Se antes do período pandêmico pelo qual o mundo está passando já se falava sobre a necessidade de trabalhos educacionais que utilizassem de forma efetiva as Tecnologias, hoje parece estar comprovado para os céticos, a importância dos recursos tecnológicos para a educação, seja pelo formato síncrono e assíncrono que as aulas ocorrem, seja pelos aplicativos utilizados pelos docentes e discentes para desenvolver as atividades propostas. O que se pode afirmar, como ressaltam Reis *et al* (2018, p. 298) é que,

discutir a educação na contemporaneidade implica, necessariamente, analisar os agentes educacionais na sociedade em que eles estão imersos, uma sociedade tecnológica, interconectada por redes digitais, imbricada por um conjunto de sistemas que convergem em microeletrônica: softwares, hardwares, telecomunicações e radiodifusão.

É necessário, mais do que simplesmente utilizar a Tecnologia, perceber nela parte integrante da realidade de boa parte da população, pois “sabe-se que os meios de comunicação e os conteúdos disseminados nas mais diversas novas tecnologias agendam o debate público, interferem no cotidiano e tomada de decisões em termos de trabalho, participação política, educação e entretenimento” (CERIGATTO, 2017, p. 225). Em outras palavras, faz-se preponderante perceber que as Tecnologias não estão somente nos espaços escolares, e sim nos outros contextos dos estudantes, sendo, portanto, importante a escola prepará-los para os desafios apresentados pela sociedade atual (SOARES, 2011).

A educomunicação, portanto, concebe o estudante não como um receptáculo vazio, passivo, que está disponível para que o professor transmita conhecimentos, e sim como interlocutor ativo, responsável pela construção de saberes que se dá por meio de diálogos. Nesse sentido, como defendem Reis *et al* (2018, p. 307), “adotando uma postura mais atuante no exercício da cidadania, o estudante deixa de ser apenas um receptor de informações, passando a refletir ética e esteticamente, além de ser protagonista na produção do conhecimento junto com o professor”. Em outras palavras, mas ainda em consonância com Freire (1996), pode-se dizer que, ao passo que forma, o docente também é formado pelo discente, sendo, então, ambos, partes ativas do mesmo processo.

Por partir da ideia de que a área de mediação tecnológica é uma proposta que se preocupa “com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação

e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, garantindo, além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão” (SOARES, 2011, p. 48), esta proposição didática, desde o início, ao construir coletivamente com os estudantes o regulamento que iria direcionar as produções dos vídeos-minuto, mostrou-se democrática. Isso pode ser exemplificado pela escolha dos artigos quatro, cinco e seis do regulamento:

Art. 4º Os participantes ficam livres para escolher se querem ou não aparecer no vídeo. Porém, o vídeo precisa apresentar material audiovisual que esteja dentro da proposta temática;

Art. 5º Os materiais visual e auditivo do vídeo-minuto podem ter música, mas precisam estar em boa qualidade, ou seja, compreensíveis, independente do aplicativo utilizado pelos participantes;

Art. 6º O áudio precisa ser autoral do participante, ou seja, original.

**Fonte:** arquivos dos autores

Alguns estudantes disseram não sentir conforto para gravar vídeo em que eles aparecessem, alegando ser o primeiro trabalho que faria deste formato. Por isso, para que a aula fosse democrática, perguntou-se qual a sugestão que eles teriam para solucionar tal problema. A resposta originou o artigo quatro, o que revelou, assim, o olhar para o estudante, pois, “um ambiente escolar educacional caracteriza-se, justamente, pela opção de seus construtores pela abertura à participação” (SOARES, 2011, p. 45). Essa didática foi adotada, apesar de reconhecer a importância da apropriação dos recursos tecnológicos audiovisuais por parte dos estudantes, por perceber que, caso fossem desconsideradas as, então, limitações deles, os discentes poderiam se sentir desestimulados. Além disso, como a proposta não tinha como foco o manuseio de aplicativos, os participantes puderam utilizar os que com os quais melhor se familiarizassem.

Certamente, o gênero Regulamento foi o propulsor desta proposta, o que lançou a problemática primeira sobre este trabalho. No entanto, percebeu-se nele uma possibilidade de criar a “ponte” tecnológica que possibilitaria a ligação do mundo da mídia e os sujeitos sociais (SOARES, 2011) por meio do Instagram, tendo como base a produção dos vídeos-minuto, sendo que este gênero possibilitou não só a apropriação dos recursos tecnológicos pelos participantes, mas também a expressão deles acerca dos desafios de estudar na pandemia.

Ao abordar a intenção do curso de licenciatura em educomunicação, Citelli (2011) ressalta a importância de levar em conta que esse campo não tem como objetivo apenas formar um profissional que tenha nas suas práticas uma abordagem de forma mais sistemática dos temas, dos desafios, dos problemas causados pela comunicação, mas que também se atente às questões de ensino-aprendizagem, às relações pedagógicas. Por isso, ao ser percebido que o gênero Estatuto, na unidade anterior à qual se trabalhou o regulamento, causou estranhamento, foi necessário, como sugere Freire (1996; 2018), refletir sobre a prática, sendo, então, a construção coletiva do Regulamento, parte dessa reflexão das relações pedagógicas.

No artigo 5, pensou-se também nos interlocutores, nas pessoas que iriam assistir aos vídeos. Assim, fez-se necessário refletir sobre a estética, a qualidade das informações produzidas pelos participantes, tendo que vista que, como qualquer outro material textual que utilize a escrita para se materializar, os vídeos são textos, sendo importante levar em conta a forma como os produzimos. A esse respeito, ao abordar ética e estética, Freire (1996; 2018, p. 34) ressalta a importância de se pensar as duas lado a lado, pois “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela”. Nesse sentido, os estudantes foram conscientizados a levar em conta, na hora da produção dos vídeos, os protocolos da Organização Mundial da Saúde contra o Covid-19, assim como as questões que envolvessem preconceitos, o que gerou o artigo sétimo:

Art. 7º Na produção do vídeo, os participantes não podem se colocar nem colocar ninguém em perigo, não só a respeito da Covid-19, mas também de qualquer outra situação. Além disso, não pode haver nada que seja de teor preconceituoso.

**Fonte:** arquivos dos autores

Entender que “a educomunicação – enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas – não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente” (SOARES, 2011, p. 37), orientou este trabalho ao se cogitar a possibilidade de unir um assunto do currículo a uma proposta que levasse em conta a democracia, a cidadania, tendo como norte uma prática educacional. Isso pode ser ratificado não só nas relações pedagógicas de ensino-aprendizagem, tendo os estudantes como participantes ativos na proposta, como também na expressão destes sobre os desafios que as aulas remotas lhes lançaram.

## Alinhamento entre as categorias de ecossistemas comunicativos adotadas pela educomunicação e a produção dos vídeos-minuto

O Instagram, rede social em que os vídeos produzidos pelos alunos foram postados, é de grande alcance na sociedade. Uma pesquisa realizada pelo Opinion Box revela que a rede social alcançou a marca de um bilhão de usuários ativos. Essa rede possibilita a interação por meio de publicações de fotos, enquetes, curtidas, comentários, *lives* e, a partir de tais possibilidades, “o navegador estará apto a divulgar suas cenas cotidianas e a espiar a dos outros; inventivamente, a criar realidades e a expor ficções; a *ser autor-editor-leitor-desinger-promoter-crítico*, (des)conduzido pela rede, sem ordem rígida para suas ações” (RAMOS et al, 2018, p. 120, grifo dos autores). Por isso, o Instagram mostrou-se como uma possível ferramenta pedagógica para o contexto remoto de ensino.

Segundo Soares (2011), o educador trabalha, qualificando suas ações como inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas, com o intuito de elaborar e desenvolver ecossistemas comunicativos. Essas ações serviram como categorias que analisa a proposta deste trabalho, na tentativa de alinhá-lo ao campo da educomunicação. A seguir, apresenta-se o quadro com a definição das ações e a relação entre elas e o desenvolvimento da atividade.

**Quadro 1** - Definição das ações e a relação entre elas e o desenvolvimento da atividade.

Ações	Definição por Ismar (2011, p. 37)	Alinhamento da proposta com as Ações.
Inclusivas	Nenhum membro da comunidade pode sentir-se fora do processo.	Alguns estudantes não demonstraram interesse em participar do concurso. No entanto, eles não deixaram de produzir o material, que foi compartilhado entre os professores no privado do whats app para que estes tivessem conhecimento das dificuldades dos estudantes. Isso demonstra que, apesar de essa recusa se apresentar como algo negativo, já que seria interessante os discentes participarem de todas as etapas, foi possível incluir as visões deles acerca de estudar na pandemia para os docentes, tornando, assim, a proposta inclusiva, mesmo para aqueles que não se sentiam confortáveis por ter seu vídeo-minuto no Instagram da escola. Além disso, toda a comunidade que faz parte (ou não) da rede social Instagram da escola, pôde votar, por meio das curtidas nos vídeos, tendo a oportunidade de saber quais eram as vantagens e desvantagens de estudar nesse contexto, sendo, portanto, parte do processo.

<b>Democráticas</b>	Reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas.	A partir do momento que a construção do Regulamento se deu de forma colaborativa, pode-se falar em democracia, pois os estudantes puderam participar ativamente da produção do que nortearia o concurso do qual fariam parte. Além disso, a escolha do tema apresentou-se também democrática, pois eles escolheram o assunto sobre o que gostariam de falar.
<b>Midiáticas</b>	Valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação.	A rede social Instagram não serviu apenas como possibilidade de ter uma TDIC durante a proposta, mas como uma forma efetiva de os estudantes poderem apropriar-se dela para construir suas narrativas acerca dos desafios de estudar na pandemia. Poder expressar não só os pontos positivos desse novo contexto de ensino, como também os negativos, permitiu que não só os professores tivessem conhecimento dessas realidades, mas também toda a comunidade que faz parte da rede social da escola em questão. Assim, foi possível aplicar uma TDIC a favor da expressão dos estudantes, reconhecendo que o contexto deles precisa ser levado em conta durante o processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 2018)
<b>Criativas</b>	Sintonizadas com toda forma de manifestação da cultura local.	Poder ouvir a voz dos participantes a respeito dos desafios de estudar na pandemia, apesar de muitos apresentarem angústias em comum (não só entre eles, como também entre boa parte dos estudantes do país), abre espaço para que a manifestação individual se presentifique. Certamente, eles poderiam ser localizados nos desafios comuns a grande parte dos outros estudantes, mas reconhecerem-se individuais enquanto coletivos foi parte importante do processo. Além disso, pode ser satisfatório para os professores saber que as angústias nacionais se fazem presentes no local.

Fonte: Dados do Estudo.

A produção dos vídeos-minutos revela, no que tange à dificuldade dos participantes, muitos pontos em comum, sendo dificuldades com o acesso à internet, falta de interação entre professores e estudantes, distração pontos que perpassaram quase a totalidade dos vídeos. Dos 35 alunos frequentes nas aulas remotas da disciplina Língua Portuguesa, foram recebidos 28 vídeos, sendo que destes 22 optaram por participar do concurso, sendo, portanto, postados na rede social Instagram da escola. Dos vídeos participantes, serão analisados 3, sendo transcritos os pontos positivos e negativos abordados pelos participantes. Os produtores destes vídeos

serão codificados como estudantes 1, 2 e 3, com o intuito de preservar o anonimato dos envolvidos.

### Estudante 1

<b>Pontos positivos:</b> Comodidade; Facilidade em estar presente na aula;	<b>Pontos negativos:</b> Desconcentração; Pouca participação; Pouca socialização; Dependência da tecnologia;
--	--

**Fonte:** arquivos dos autores

Pode-se inferir que, no caso do estudante, o acesso à internet não é um problema, visto que ela expressa haver “facilidade de estar presente na aula”. No entanto, percebe-se que, apesar de reconhecer a facilidade na sua realidade, ele tem consciência de como a ausência da internet, que é fato para uma parte da sociedade, pode tornar-se um empecilho para a aprendizagem. A comodidade aparece como um ponto positivo, pois assistir às aulas no conforto da casa, é algo que, para o Ensino Básico, antes da pandemia era inviável. Porém, esse novo espaço, ao passo que possibilita conforto, também causa distração, sendo, assim, também um ponto negativo.

Nesse sentido, ao abordar a distração, que não se deu somente pelos elementos relacionados ao smartphone, mas também às rotinas do dia a dia, já que o estudante falou no vídeo-minuto sobre latidos de cachorro, crianças chorando, movimentos na casa, abre espaço para discussões acerca da importância de a família pensar, na medida do possível, sobre a organização do espaço de estudo, assim como possibilitou a socialização por parte do estudante de tal necessidade. Como ressalta Brandão (2007, p. 23), “a socialização realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como "seus" e para existirem dentro dela.”

### Estudante 2

<b>Pontos positivos</b> Não houve interrupção do aprendizado; Ambiente confortável; Alunos não ociosos;	<b>Pontos negativos</b> Dificuldade de concentração; Aulas, às vezes, cansativas; Falta de contato direto com os professores.
--	--

**Fonte:** arquivos dos autores

No caso do estudante 2, assim como o 1, o ambiente caseiro mostrou-se como conforto e como barreira para a concentração. Porém, um elemento novo aparece: a não interrupção do aprendizado. No fim da proposta, quando se conversou sobre os pontos abordados nos vídeos, foi problematizada a ideia de não haver interrupções dos estudos, questionando se todos os estudantes estavam tendo acesso às aulas remotas. E, para que tal questão ganhasse apoio, apresentou-se uma matéria da Folha de São Paulo<sup>3</sup>, que revelava os dados estatísticos em relação ao acesso à internet por parte dos estudantes brasileiros. Tal pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacava que 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet antes de começar a pandemia.

Esse momento foi importante para que os participantes pudessem reconhecer a disparidade de acesso à informação e às aulas causada pela desigualdade também social. Assim, fizeram-se reflexões sobre a importância de não generalizar discursos, do cuidado com o manusear da informação, para que o desenvolvimento da cidadania se efetivasse, ponto importante da educomunicação, já que, como já foi citado, os estudantes também precisam se comunicar com o que está ao seu redor (SOARES, 2011).

### Estudante 3

Pontos positivos	Pontos negativos
Não utilizar o trânsito;	Dificuldade de interação;
Não se expor aos perigos da rua;	Muitas vezes, aulas chatas e cansativas.

**Fonte:** arquivos dos autores

No caso desse estudante, um novo fator foi acrescentado como ponto positivo às aulas remotas: a não exposição aos perigos das ruas. No vídeo produzido por ele, houve alusão à violência do dia a dia, que, inclusive, poderia encontrá-lo a caminho da escola. Nesse momento, o participante utilizou a tecnologia como recurso para exercício da cidadania, denunciando a falta de segurança.

No que diz respeito à prática docente, um dos pontos negativos apresentados por ele reafirmou a postura em relação às dinâmicas das adotadas nas aulas não só pelas estudantes 1 e 2, mas também por boa parte dos vídeos-minuto recebidos, tendo-as como chatas e cansativas. Isso tornou-se um ensejo para que os professores possam refletir sobre a prática (FREIRE,

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml#:~:text=Os%20entraves%20de%20acesso%20a,nenhuma%20atividade%20letiva%20no%20ano.> Acesso em: 25 de jun. de 2021.

2018), revelando a necessidade de a docência estar atenta às dinâmicas sociais, tendo como intuito a emancipação dos estudantes, e, como afirma Citelli (2011, p. 75), a questão central para buscar políticas de emancipação “está em atualizar as relações entre os sujeitos agentes/professores e alunos, atentando para as mediações patrocinadas pelas múltiplas circunstâncias comunicacionais que os circundam.”.

### **Considerações Finais**

No decorrer deste artigo, foi possível perceber como o vídeo-minuto pode ser utilizado como instrumento para efetivar práticas pedagógicas com viés educacional, o qual reconhece que o aspecto dialógico da comunicação pode ser utilizado na interface Educação/Comunicação para aulas significativas. Reconhecer que a simples presença das TDICs nas aulas não é fator de sucesso, mas sim a mediação que se faz delas, abre espaço para que a reflexão sobre a importância de abordar essas tecnologias com objetivos bem definidos aconteça.

Desmitificando a relação horizontal que comumente se atribui aos contextos escolares, em que os professores detêm o saber, e atribuindo aos estudantes papéis ativos na construção de conhecimentos, é possível perceber como as práticas sugeridas pela educação podem ser utilizadas no contexto remoto satisfatoriamente. Isso revela que, não só o gênero vídeo-minuto, como também a rede social Instagram, ao qual são atribuídas como práticas de lazer, podem se tornar ferramentas pedagógicas que levam em conta o universo tecnológico com que o estudante está familiarizado.

Reconhecem-se, portanto, as limitações de uma proposta pedagógica direcionada para as práticas educacionais e como, dependendo da abordagem, tal direcionamento pode sair do que essa interface propõe. No entanto, este trabalho, ao partir das ações dos ecossistemas comunicativos propostas por Soares (2011), procurou criar e desenvolver uma proposta inclusiva, democrática, midiática e criativa.

### **Referências**

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica*. In CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). *Educação: Construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 31-41.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

CERIGATTO, P. M; CASARIN, H. C. S. Contribuições da *media literacy* para avaliação crítica de fontes de informações midiáticas. In SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edison; XAVIER, Jurema Brasil (orgs). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. 1. ed. São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 225- 231.

CITELLI, Adilson Odair. *Comunicação e educação: implicações contemporâneas*. In. CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 59-76.

CITELLI, A. *Comunicação e Educação*. A linguagem em movimento. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FLORÊNCIO, R. R.; ALMEIDA, M. P. *Isolamento social e tecnologias: um debate sobre inclusão, exclusão e políticas públicas no contexto da pandemia*. Revista *Camine – Caminhos da Educação*. eISSN 2175-4217. Vol. 12, número 02, ano 2020.

FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HASLINGER, Evelin de Oliveira. SAGGIN, Livia Albuquerque. A interface da educação e comunicação para além dos muros da escola: educomunicação como práxis libertadora no contexto não escolar - In ISOARES, Ismar de Oliveira, et al (orgs). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. 1. ed. São Paulo: ABPEducom, 2017.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTINI, Rafael Gué, SARTONI, Ademilde Silveira e SILVA, Bento Duarte da. *As Tecnologias de Informação e Comunicação como agentes do Currículo a partir do conceito Smart Neighborhood Learning* – In (ORG) SOARES, Ismar de, et al. *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. São Paulo: ABPEducom, 2017.

RAMOS, Pena Élide Ghiotto Tuão Ramos; MARTINS, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade. *Revista de Literatura, Linguística, Educação e Artes*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2018v14n2p117/38182>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

REIS, Valdeci; MENDONÇA, Geovana; LUNARDI, Mendes. De iniciantes a vanguardistas: o uso de tecnologias digitais por jovens professores. *Holos*. [S.I.], v. 1, p. 297- 316, fev. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4867>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

SILVA, Christiane Pitanga Serafim, SILVA, Diva Souza. *Educomunicação Através de Projetos na Graduação*. In In SOARES, Ismar de Oliveira, et al (orgs). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. 1. ed. São Paulo: ABPEducom, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: um campo de mediações*. In CITELLI, Adilson O; COSTA, (ORG.) *Educomunicação: Construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 12-29.

VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti, *et al.* *O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente*. Research, Society and Development, [S. N.], p. 1-13, 2020, v. 9, n. 9 Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8153>. Acesso em: 1 de jul. de 2021.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

FLORENCIO, Roberto Remígio; TRAPIÁ FILHO, João de Sá Araújo; CORDEIRO, Janaína de Souza. Vídeo-Minuto e Instagram na Sala de Aula: Uma Proposta Pedagógica Experimental Direcionada com vídeos Educomunicativo . **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2022, vol.16, n.63, p. 137-155, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 16/08/2022;

Aceito 03/09/2022;

Publicado em: 30/10/2022.